

Intervenção Inicial Sandra Maximiano

Muito boa tarde, excelentíssimo senhor presidente da Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação, Dr. Afonso Oliveira, e excelentíssimos deputados, membros desta comissão. É com enorme gosto que hoje me encontro na Assembleia da República, e queria expressar o meu agradecimento por esta audição. A minha intervenção está estruturada em três partes. Primeiro, farei uma apresentação do meu percurso académico e profissional. Segundo, apresentarei a motivação para aceitar o convite que me foi endereçado, para assumir o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Autoridade Nacional de Comunicações, e falarei sobre o estilo de liderança que a ANACOM e o setor podem esperar com a minha eventual nomeação. Terceiro, apresentarei os elementos que considero essenciais para uma boa prática regulatória do setor. Estarei depois à disposição de vossas excelências para o desenvolvimento de matérias relevantes e para responder a quaisquer questões.

PARTE 1

Sou licenciada pelo ISEG em Economia, onde também fiz a parte curricular do mestrado em Economia e Gestão da Ciência e Tecnologia. Comecei o meu percurso de docência na Universidade Católica de Lisboa, onde, entre outras disciplinas, lecionei economia da regulação e da concorrência, numa altura de grande entusiasmo pela área, aquando da liberalização dos monopólios naturais. Por questionar o *status quo* da ciência económica neoclássica, fui em busca de uma nova aprendizagem, numa área então inexistente em Portugal: a economia comportamental e experimental. Obtive os graus de mestre pelo *Tinbergen Institute* e o grau de doutoramento pela Universidade de Amesterdão.

Proseguí a minha carreira académica nos Estados Unidos, primeiro na Universidade de Chicago e depois na Universidade de Purdue. Nesta, criei e lecionei disciplinas a todos os níveis de ensino e coordenei o laboratório de economia experimental.

Durante o meu percurso no Estrangeiro nunca me desliguei da realidade social e económica portuguesa. Desde de 2006 que escrevo regularmente para a imprensa escrita, sobre temas de relevância económica e social.

Em 2017, aceitei o desafio de regressar a Portugal e concorrer ao ISEG como professora associada na área da economia pública e bem-estar. Esta missão envolveu a criação e coordenação do XLAB, o laboratório de economia comportamental e experimental do ISEG, que tem revolucionado o ensino e a investigação e fomentado a colaboração com o setor público, privado e associativo.

Nestes últimos anos, no ISEG, tenho ensinado nos graus de licenciatura, mestrado e doutoramento, assim como na formação executiva. Criei novas disciplinas na área da economia e finanças comportamentais e economia experimental. Tenho coordenado projetos de investigação financiados por organismos nacionais e internacionais, com um conjunto de publicações reconhecidas pela comunidade científica internacional.

Paralelamente, desenvolvo trabalho associativo, sendo vice-presidente da Data Science Portuguese Association e membro do conselho consultivo e fiscal da SEDES.

Durante a minha carreira, tenho ensinado, orientado teses, integrado júris, avaliado projetos e artigos para revistas científicas internacionais, assim como prestado assessoria em temas que direta ou indiretamente têm relevância na regulação e em particular no setor das comunicações. Destaco, por exemplo, o estudo de impacto de comportamentos, como a inércia e conformidade, na regulação;

reações a incentivos e o seu impacto no desenho de uma regulação eficaz; testes experimentais a diferentes leilões de frequências; experiências que simulam diferentes estruturas de mercados e a capacidade de conluio das empresas nessas estruturas; desenho de métodos experimentais que permitem avaliar as preferências dos consumidores no que respeita a planos tarifários, pacotes de serviços e padrões de qualidade; experiências que representam distorções do mercado de internet e testam ferramentas, por exemplo, para reforçar o princípio de neutralidade da rede.

PARTE 2

Sobre a motivação para aceitar o convite para o cargo de Presidente do Conselho de Administração da ANACOM, queria ressaltar que o fiz por inteiro espírito de missão e dedicação à causa pública, aliás a mesma motivação que me fez regressar a Portugal e abraçar a carreira académica nacional. Se aceitei este convite, é porque acredito que experiência académica e profissional que tenho, a abordagem científica e analítica que sigo, os meus conhecimentos na área comportamental, assim como a minha capacidade de dirigir projetos pluridisciplinares, questionar, aprender, refletir, inovar, e sobretudo dialogar, irão trazer valor para ANACOM e para a regulação do setor.

Em relação ao que a ANACOM e o setor podem esperar da minha liderança, gostaria, antes de mais, de referir que sou uma pessoa idónea, com valores éticos fortes, que valoriza a transparência, a responsabilização, a fundamentação empírica e o rigor científico na tomada de decisão.

Sou uma pessoa totalmente independente, quer do poder político, quer dos agentes económicos, garantindo desta forma a igualdade de tratamento dos diversos agentes do mercado e uma regulação não sujeita a ciclos políticos e a instabilidade. Acredito, no entanto, que ser independente não exclui, naturalmente, a cooperação institucional com os órgãos de soberania nem a abertura ao diálogo com *stakeholders* e com a sociedade. Neste sentido, abraço a ideia da promoção de *workshops* de reflexão conjunta e reuniões de acompanhamento da atividade regulatória, assim como um maior envolvimento dos stakeholders na discussão de temas da agenda internacional.

Ao nível da gestão interna, quero afirmar a importância de um CA a funcionar em pleno e de forma estável e que privilegie um Conselho de Administração colegial, com membros independentes e livres para exercer a 100% a sua capacidade analítica, crítica e criativa. Vejo de bom grado a criação de pelouros, que permitam a distribuição de responsabilidades, o reforço do planeamento e controlo da atividade, mas que garantam uma discussão aberta e mantenham a colegialidade do órgão.

A visão que tenho para o Conselho de Administração, ou seja, de um órgão diverso no percurso dos seus membros, complementar nas suas competências e funções, e dialogante entre si e com os diretores, coordenadores e colaboradores, transfere-se para os restantes serviços e quadros da organização.

Há que relembrar que estes serviços assentam em três pilares mestres de conhecimento: economia, engenharia e a área jurídica, e que todos os pilares são essenciais para a prossecução das três principais competências da ANACOM: regulação económica, supervisão da atividade dos mercados e gestão de bens públicos, como o espectro radioelétrico, e consequentemente para atingir os três grandes objetivos: a promoção da concorrência e do investimento eficiente, a proteção dos direitos dos consumidores e fortalecimento e responsabilização da regulação em Portugal.

Acredito no empenho e envolvimento de todos os colaboradores, coordenadores e diretores para que o trabalho em equipa seja feliz, produtivo e criativo. Da minha parte, assumo a responsabilidade em exercer uma liderança positiva que promova valores de igualdade, sustentabilidade ambiental,

responsabilidade social e a saúde física e mental dos colaboradores. Acredito numa cultura e identidade organizacional que fomente a motivação, cooperação, o diálogo e a liberdade criativa e que incentive o crescimento profissional, a delegação de competências e responsabilidades e a valorização do desempenho. Estarei empenhada na atração, retenção e valorização de talento, reconhecendo a importância da diversidade, nomeadamente de género e de idade.

PARTE 3

De seguida, apresentarei alguns elementos que considero essenciais para uma boa prática regulatória do setor.

Primeiro, sendo o setor caracterizado por ondas tecnológicas de grande impacto económico e social, com ciclos de inovação cada vez mais curtos, que opera num contexto de incerteza, agravado pelas tensões geopolíticas e financeiras globais, é de máxima importância a garantia de um quadro regulatório estável e previsível, assente num conceito de eficiência dinâmica. Ou seja, é essencial promover a concorrência, em articulação com a respetiva Autoridade no quadro das respetivas competências, por forma a garantir a defesa do interesse dos consumidores, mas sem descurar a continuidade do investimento em inovação e tecnologia e segurança cibernética.

Segundo, é preciso incorporar uma visão comportamental da regulação de modo a promover eficazmente a concorrência e a proteger efetivamente os direitos dos consumidores. As limitações cognitivas e enviesamentos comportamentais sistemáticos (por exemplo, procrastinação, inércia, comportamentos de grupo) distorcem a concorrência e as ações de proteção dos consumidores. As considerações comportamentais são especialmente relevantes na fiscalização e supervisão de práticas comerciais abusivas, no estudo e tratamento das reclamações, na questão das fidelizações e renegociação das condições contratuais após o período de fidelização, na resolução extrajudicial de conflitos, nas questões de cibersegurança, no processo de transição digital, na construção de canais de comunicação e na eficácia dessa comunicação, na construção de indicadores de comparabilidade de tarifários e na promoção quer da literacia digital, quer da capacidade de negociação dos consumidores.

Terceiro, a regulação tem de ser independente, credível, legítima, previsível, proporcional, transparente, um quadro jurídico apropriado (enquanto entidade pública está sujeita ao Código de Procedimento Administrativo). A regulação tem de estar fundamentada por evidência empírica rigorosa. No quadro atual de desenvolvimento das tecnologias digitais e da inteligência artificial, é essencial integrar a ciência de dados e a aplicação das tecnologias digitais à intervenção e ação regulatória.

Quarto, considero que o regulador tem um papel essencial na produção e análise de trabalhos técnico-científicos em temas de grande interesse para o setor, tais como verticals, 6G, Wifi-6, Open Ran (radio access network), neutralidade da rede, uso e regulação da inteligência artificial, o papel das telecomunicações na sustentabilidade energética, higiene e segurança no trabalho do setor, entre outros.

Quinto, a avaliação do processo decisório e do impacto regulatório é fundamental, assim como a avaliação ex-post de resultados. A Lei Quadro das Entidades Reguladoras estabelece que estas devem utilizar um sistema coerente de indicadores de desempenho que reflita o conjunto das atividades prosseguidas e dos resultados obtidos, e que tal sistema deve englobar indicadores de eficiência, eficácia e qualidade. Considero também importante a existência de indicadores que avaliem a perceção e satisfação dos cidadãos e dos operadores.

Por último, é preciso garantir a presença e participação ativa da ANACOM em grupos internacionais responsáveis, quer pela definição estratégica da regulação e do seu enquadramento legal, quer pela definição de standards para o setor. Importa igualmente acompanhar a atividade das entidades reguladoras e das experiências estrangeiras de regulação das comunicações e estabelecer relações com outras entidades reguladoras, com organismos comunitários e internacionais e com a academia. A interação com estes organismos deve ser pautada pela defesa do interesse público e pela transparência, quer das metas e objetivos subjacentes a acordos de cooperação, quer das tomadas de posição da ANACOM em decisões internacionais.

CONCLUSÃO

De forma a respeitar o tempo desta intervenção inicial não avançarei para me pronunciar sobre alguns dos desafios e dossiers mais atuais, nomeadamente sobre o desenvolvimento do 5G, a cobertura das “áreas brancas” por redes de muito alta velocidade – móveis e/ou de fibra, a regulação dos serviços postais, o papel da ANACOM na regulação dos serviços digitais (DAS), e no desafio da digitalização e da regulação da inteligência artificial. Estarei disponível para desenvolver estas matérias ou outras em que alguns dos senhores deputados nisso se mostrar interessado.

Muito obrigada pela vossa atenção e expresso, desde já, no caso de ser nomeada, a minha total disponibilidade para de futuro vir à Comissão prestar esclarecimentos e informações e obviamente cumprir as audições obrigatórias por lei.